

Orçamento

A par dos escândalos que trouxe a lume e das irregularidades que apontou na prática legislativa, a CPI do Orçamento está prestando um grande serviço ao Brasil. Doravante, será bem maior o número dos cidadãos que se manterão atentos quanto à elaboração da proposta orçamentária da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, pois ficou evidente que a atividade conta com poucos conhecedores e especialistas, o que facilita sobremaneira a manipulação das verbas para fins escusos e para o atendimento de pleitos clientelísticos e de natureza pessoal.

As revelações do economista José Carlos Alves Santos, deflagradoras dos procedimentos de investigação parlamentar, demonstram que o trato das questões orçamentárias é, infelizmente, restrita a duas categorias de pessoas — os especialistas, em sua maioria, tarimbados ao correr dos anos, e os parlamentares, partes interessadas na consecução de verbas e, portanto, despossuídos de senso de imparcialidade.

Um dos males da vida pública consiste na ignorância em que se mantêm alguns parlamentares quanto à questão orçamentária, enquanto outros, mais atentos, especializam-se na prática da manipulação de verbas. Nesta zona cinzenta, por vezes é muito difícil distinguir o legal do ilícito, porque os mais astutos estabelecem, ao longo dos anos, uma relação de compadrio, danosa aos interesses do erário. Pode-se afirmar, sem tisne de dúvida, que, nos últimos anos, os orçamentos arrastam-se nos organismos legislativos e os responsáveis por sua elaboração comportam-se com serenidade olímpica, como se dispusessem de toda uma eternidade para o cumprimento de suas tarefas. É evidente que esses servidores,

trabalhadores muito aplicados em sua maioria, sofrem a influência do jogo parlamentar, em geral dúvida e carregado de espertezas. Ademais, deputados, senadores, deputados estaduais, distritais e vereadores raramente aproveitam suas viagens de estudos e informações ao exterior para verificar como funcionam as comissões de orçamento dos órgãos legislativos de outros países. Se manifestassem mais interesse pelo setor, certamente suas atividades refletiriam o aprendizado imediatamente, com as novas achegas obtidas em modernas instituições.

Estranho, e inaceitável, é o fato de que legisladores sagrados pelo voto popular não se dediquem à discussão e elaboração dos orçamentos com a presteza necessária. Ressalte-se que a matéria não se constitui novidade e está disciplinada em grau constitucional, o que implica atenção diuturna, tamanhos são os interesses em foco, imanentes a todos os setores da vida pública.

Já é tempo de os temas relativos aos orçamentos se tornarem de domínio público, tudo se passa de maneira esquiva, com alguns iniciados ditando regras, orientando decisões e celebrando acordos que jamais chegarão ao conhecimento dos interessados, em geral os últimos a saberem das cifras atribuídas aos pleitos de que foram intermediários.

A modernização exige mudança de comportamentos em todas as instâncias. Por essa razão, os orçamentos deverão ser objeto de maior dedicação por parte de parlamentares e servidores, caso se deseje, de fato, romper com o atraso, que não se revela só nas contas do Produto Interno Bruto, mas também, e principalmente, na mente vagarosa de alguns membros do Legislativo, nos níveis, federal, estadual, distrital e municipal.